

CONDIÇÕES
DE SAÚDE
MENTAL DOS
SECUNDARISTAS
EM LUTA:
OS CASOS DE
SANTIAGO E DE
SÃO PAULO

[ARTIGO]

Maria Eugênia Augusto Gregório
Universidade Nove de Julho (UNINOVE)

[RESUMO ABSTRACT RESUMEN]

Este artigo procura circunscrever as estratégias de resistência construídas pelos secundaristas de Santiago e de São Paulo como formas de garantir a representação dos estudantes e que viabilizaram saúde mental aos jovens. Com foco em artigos científicos da base de dados SciELO sobre o movimento secundarista no Chile e no Brasil, seguida da Análise de Conteúdo relacionada às nossas referências, analisamos a interface entre resistência como potência de agir e saúde mental e opressão como violadora de direitos que produz adoecimento psíquico. Pudemos perceber que a discussão presente na literatura sobre as distintas formas de resistência contribuem para uma revisão do conceito eurocêntrico de sujeito e da compreensão de saúde, que podemos entender no campo ético-político como potência de agir a partir do enfrentamento coletivo da opressão manifestada por meio da produção cultural dos secundaristas.

Palavras-chave: Capitalismo. Educação. Saúde mental. Movimento secundarista. Juventudes.

This article seeks to circumscribe the resistance strategies constructed by the high school students of Santiago and São Paulo as ways to ensure the representation of students and that enabled mental health for young people. Focusing on scientific articles from the SciELO database on the high school students' movement in Chile and Brazil, followed by Content Analysis related to our references, we analyzed the interface between resistance as power and mental health and oppression as a perpetrator of rights violations that produces psychic illness. We could see that the discussion present in the literature about the different forms of resistance contribute to a revision eurocentric concept of subject and of the understanding of health, which we can understand in the ethical-political field as a power to act from the collective confrontation of the oppression manifested with the cultural production of the high school students.

Keywords: Capitalism. Education. Mental health. High school students' movement. Youths.

Este artículo busca identificar las estrategias de resistencia construidas por los estudiantes de la secundaria de Santiago y de São Paulo como formas de garantizar la representación de los estudiantes y que posibilitaron la salud mental de los jóvenes. Centrándonos en artículos científicos de la base de datos SciELO sobre el movimiento secundario en Chile y en Brasil, seguido de la realización de un Análisis de Contenido relacionado con nuestras referencias, analizamos la interfaz entre resistencia como poder y salud mental y opresión como productora de violaciones de derechos que produce enfermedad psíquica. Pudimos ver que la discusión presente en la literatura

sobre las diferentes formas de resistencia contribuye a una revisión eurocéntrica del concepto de sujeto, así como a la comprensión de la salud, en que es posible entenderla en el campo ético-político como un poder para actuar a partir de la confrontación colectiva de la opresión manifestada por la producción cultural de los estudiantes de la secundaria.

Palabras clave: Capitalismo. Educación. Salud mental. Movimiento de estudiantes secundarios. Juventudes.

Introdução

O capitalismo se constitui como um modo civilizatório que vem se reconfigurando em distintas fases (mercantil, industrial e financeiro de caráter liberal ou neoliberal) conforme as crises que enfrenta. No século XX, em especial 1972, em resposta à crise do petróleo daquele ano, a elite política e econômica mundial implantou um capitalismo neoliberal e globalizante, que paulatinamente vem reconfigurando as relações sociais. Aliado a isso, a América Latina vivenciou ditaduras militares entre as décadas de 1960 e 1970 que perduraram até as décadas seguintes, gerando impactos nas relações sociais, políticas, econômicas e culturais na/com a região.

Por outro lado, uma série de resistências no mundo, e em especial na América Latina, foram sendo construídas contra as diferentes formas de opressão produzidas pelo neoliberalismo e pela globalização desenfreada, como as mobilizações estudantis. Em alguns países, estudantes secundaristas ocuparam distintos espaços públicos como ruas, escolas, Assembleia Legislativa e internet, citando o caso do Chile e o Brasil do período pós-ditatorial, que vai da transição para a democracia à ela propriamente dita, em especial, neste século.

O Chile serviu de piloto para a implantação do neoliberalismo ainda durante a ditadura, e vivenciou, em 2006, manifestações nas ruas e ocupação de escolas (liceus) por milhares de secundaristas, mediadas pelas redes sociais. Tal fenômeno de mobilização pela internet se estende em 2011 para outros países, em mobilizações conhecidas

como a Primavera Árabe e o movimento *Occupy*, de *Wall Street*, bem como para outras áreas do próprio Chile.

No Brasil, em 2013, a mobilização de estudantes universitários contra o aumento do transporte coletivo levou à rua milhões de brasileiros que somaram outras pautas, e assim como o Chile de 2006 e os movimentos de 2011, essas manifestações também fizeram uso das redes sociais como espaço de mobilização. Até esse momento, a participação de estudantes secundaristas fora pontual, não como movimento propriamente dito como ocorreu posteriormente. Em 2015, os secundaristas do estado de São Paulo iniciaram uma série de manifestações e ocupações em escolas contra a proposta de reorganização das mesmas, que culminaria no fechamento de mais de 94 estabelecimentos. Esse movimento serviu de exemplo para outros estados, tendo como pautas questões locais, como a terceirização do gerenciamento escolar por Organizações Sociais em Goiás, e nacionais em 2016, como o enfrentamento da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 241, que visava a instituição de um teto para os gastos públicos e a reforma do Ensino Médio.

Todas essas mobilizações no Chile e no Brasil sofreram com duras respostas dos governos, que acabaram por promover uma ampliação das violações de direitos dos jovens. Se inicialmente a violação se dava pela precarização do ensino e dos equipamentos de educação, com as mobilizações assistimos a violações à integridade física e emocional.

Com isso, perguntamos: em que medida a resistência se apresenta como

uma forma de construir saúde mental com ações coletivas em meio às situações cotidianas de opressão?

Para empreender essa discussão, abordamos a resistência dos jovens nos movimentos secundaristas de Santiago e de São Paulo, em 2006, 2011 e 2015. Defendemos que a ideia presente no conceito de resistência secundarista implica um processo contraditório do significado de saúde e das ações definidas por ele como a prevenção e a promoção dela, e que só poderiam se dar de modo fragmentado.

Primeiro, porque resistência não está dentro do escopo da concepção de saúde como algo contraposto à transformação externa. Ela foi abordada, especialmente por Freud, (1888/1895) sob diferentes perspectivas. Partindo da compreensão de resistência da doença à cura (1888/1895), passando à compreensão psicanalítica de resistência do doente (1984/1895), construindo assim uma compreensão positiva sobre o conceito como um dos mecanismos de defesa do ego, mantendo dentro de certas circunstâncias a saúde mental dos sujeitos e devendo ser gradualmente superada de modo a garantir que se possa construir uma melhor relação com seu processo de saúde-doença. Falamos aqui de transformação do sujeito, e não necessariamente dos sujeitos que transformam o mundo resistindo à determinadas opressões impostas por pessoas e circunstâncias, a exemplo da violência policial vivenciada pela juventude secundarista em ambos os países durante as manifestações nas ruas e ocupações das escolas.

Em um segundo aspecto, identificamos que a resistência é uma forma da explicitação da busca por saúde no sentido

mais amplo, ainda que não seja denominada como tal, pois o conceito pressupõe a consciência da pessoa. Nesse sentido, colocamos em destaque se o que ocorreu implicou em uma falta de consciência de que o sujeito é quem está promovendo saúde, ou se falamos da resistência do sujeito como enfrentamento das condições de opressão do cotidiano em busca de sua libertação, construindo saúde em alguns momentos e evitando adoecimento em outros. A nosso ver, os jovens estavam lutando contra questões objetivas, como a falta de infraestrutura de determinadas escolas no Chile em um governo democrático que não propôs reestruturação na legislação e reorganização das escolas, proposta pelo secretário de educação do Estado. Mas também lutavam por questões profundas, como uma educação de qualidade, pública e gratuita para uma sociedade que construísse a si mesma, participando disso democraticamente.

Nesse sentido, tocamos na questão da concepção de sujeito, eurocêntrica, em especial na concepção de jovens ao longo da história. Trazemos aqui a discussão da modernidade que construiu determinadas identidades, entre elas a própria categoria analítica juventudes, que abarca a diversidade do que é ser jovem, confrontando-se com discursos de senso comum, como o científico e o midiático, mas que implicam num processo de emancipação e, portanto, de participação política das juventudes.

Assim, este artigo tem por objetivo analisar as estratégias de resistência construídas pelos secundaristas de Santiago e de São Paulo, que contribuíram para viabilizar saúde mental aos jovens. Nossa hipótese é que a saúde mental se deu a partir da

participação nas construções coletivas dos espaços de produção de sentido, como nos momentos de lazer, de produção de conhecimento e de comunicação, com os mais diferenciados grupos.

Desenvolvemos uma pesquisa qualitativa, bibliográfica, com artigos científicos da base de dados Scielo sobre o movimento secundarista no Chile e no Brasil no período democrático do século XXI. Realizamos um recorte da revisão da literatura de nossa tese de doutorado, lançando mão da Análise de Conteúdo (FRANCO, 2005). Trabalhamos a partir da análise dos parágrafos de modo que nos permitisse uma melhor análise do contexto em que as palavras foram utilizadas. Consideramos as unidades temáticas de contexto e conteúdo propriamente ditas para a produção do discurso e consequente construção das categorias analíticas.

Em seguida, utilizamos nossas referências, a saber: colonialidade do poder (QUIJANO, 2005), a compreensão de educação bancária, da cultura do silêncio e a concepção da conscientização de Freire (1976, 1980, 1987, 2006) e a conscientização em Martín-Baró (1986; 1998).

Desenvolvimento

O recorte que apresentamos, ou seja, os anos de 2006 e 2011 em Santiago no Chile e 2015 em São Paulo, não corresponde ao movimento secundarista no Brasil em sua íntegra por não estarmos retomando neste trabalho o histórico do movimento

secundarista desde os seus primórdios, nem tratando do que foi o movimento secundarista nos dois países em sua totalidade. Entendemos que o esse recorte toca na questão da mobilização de um ator cuja força política se fez e ainda se faz invisibilizada pelo senso comum, pela mídia e pela própria ciência, dada a própria concepção de juventude e sua relação com a política e o político (AGUILERA RUIZ, 2016).

Isso implica desde concepções acerca da categoria juventudes (juventude, juventudes, adolescência, adolescente, jovem, menor) até suas implicações nas políticas públicas e construção das e sobre as subjetividades juvenis, com grande destaque para o papel que a escola e a mídia hegemônica assumem nesse processo.

Desse modo, aqui estamos dando destaque ao início dos enfrentamentos no chão da escola, que ganharam força política devido às ações coletivas e a mudança no discurso da mídia hegemônica.

O contexto dos movimentos secundaristas: Santiago, Chile e São Paulo, Brasil

Em 2006, no Chile, os secundaristas ocuparam ruas e escolas como forma de resistência à privatização do ensino iniciada, décadas antes, com a implantação do neoliberalismo no governo de Pinochet, mas que o governo da *Concertación* manteve desde a transição democrática. O movimento, conhecido como Revolta dos Pinguins em alusão ao uniforme usado pelos estudantes, contou com a participação de milhares de estudantes pelo país e com a simpatia de boa parte da sociedade.

Essa intensa participação juvenil levou à mobilização de diversos segmentos da sociedade e culminou numa longa reforma, ainda inconclusa, da educação chilena, a começar pela demissão do então Ministro da Educação do governo de Michelle Bachelet, presidente recém-empossada na ocasião (ZIBAS, 2008).

Em junho de 2013, no Brasil, as ruas foram ocupadas inicialmente por jovens, ligados ao Movimento Passe Livre, em manifestações que se caracterizavam contra o aumento das tarifas de ônibus. Aos poucos, essas manifestações tomaram maiores proporções à medida que outras demandas e segmentos foram sendo incorporados, como reivindicações por direitos como um todo e por melhorias na saúde, na segurança e na educação. Esses movimentos têm em comum o uso da internet, a desconfiança da mídia e o sentimento de injustiça (CASTELLS, 2013).

Em setembro de 2015, no Brasil, a notícia de reorganização de escolas públicas estaduais paulistas foi anunciada pela Secretaria de Estado de Educação e veiculada pelos grandes jornais. O Secretário de Educação Hermann Voorwald, do governo de Geraldo Alckmin, promulgou o fechamento de 93 escolas, informando que 311 mil alunos seriam transferidos para outros espaços. O argumento era de que elas eram onerosas aos cofres públicos e seriam ou transferidas aos municípios ou teriam seu espaço adaptado a outras funções.

Diversas manifestações foram realizadas por estudantes, professores, pais e sindicatos, com o intuito de que o governo voltasse atrás, fato que não ocorreu.

Assim, no dia 9 de novembro de 2015, a primeira escola estadual é ocupada pelos jovens alunos e, em menos de um mês, são 208 no total, demonstrando grande velocidade das ocupações facilitadas pelas Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), fossem elas da grande mídia nacional e internacional, nas mídias alternativas, nas redes sociais, principalmente WhatsApp e Facebook, serviram, ao mesmo tempo, como fonte de informação e canais de comunicação.

Um exemplo disso foi o material “*Como ocupar um colégio*” produzido por estudantes chilenos e argentinos em 2006 e traduzido para o português. Parte dele foi compartilhado via Facebook, na página O Mal Educado em 2013 (O MAL EDUCADO, 2015). Com a ocupação das escolas paulistas em 2015, a página O Mal Educado foi raqueada, e as publicações de 2012 a 2015 apagadas, sendo algumas delas novamente inseridas como esse manual, uma vez que serviu de inspiração aos estudantes para a realização da ocupação das escolas (MACHADO, 2015).

Assim como em Santiago, houve em São Paulo um recuo do governo e a demissão de um representante. Em São Paulo, o Secretário de Educação Hermann Voorwald pediu exoneração, e o governador anunciou que a “reorganização é adiada”, publicando e mantendo a informação no portal da Secretaria de Educação de São Paulo. Com a publicação, ocorre uma desmobilização: algumas escolas foram desocupadas, mas outras permanecem.

O fato é que a estratégia de ocupação das escolas continuou a se expandir pelo

território nacional, a exemplo de Goiás e Rio de Janeiro, e para fora do Brasil no ano seguinte, como no caso do Paraguai, mesmo tendo retrocedido em São Paulo à medida que se aproximavam as festas de final de ano e estratégias eram usadas pelos governos para desmobilizar o movimento, fossem com violências diretas, físicas, ou com promessas de não reorganização.

Em Santiago, o movimento ficou mais forte no ano de 2011, tanto por uma reavaliação do que foi o movimento de 2006 quanto pelo ingresso dos universitários no movimento estudantil. Vale destacar que o movimento secundarista do Chile vem construindo um grande enfrentamento dos governos, mas que desde 18 de setembro deste ano, o enfrentamento é com o Estado. Foram os secundaristas que iniciaram as ondas de protestos em Santiago e em Valparaíso, que se expandiram para outros grupos e cidades e que persistem até hoje.

Saúde como potência de ação, como ato de participar coletivamente e pertencer a uma coletividade

O conceito de saúde, especialmente de saúde mental como conhecemos hoje, faz parte de uma construção histórica eurocêntrica. Com isso, estamos nos referindo ao tratamento dado à ideia de saúde que vai acompanhar um processo de fragmentação do ser humano construído historicamente.

A saber, a referência eurocêntrica destaca a dissociação alma e corpo, em especial, mente e corpo, a partir da construção da modernidade. Essa dissociação cartesiana que separa subjetividade e objetividade,

dentro e fora, definiu saúde (em um primeiro momento) como uma construção pela negação, ou seja, a ausência de doença.

Da crítica à construção fragmentária de ser humano e conseqüentemente de saúde, mas mantendo uma ideia de saúde universal, essa passa a ser definida pela Organização Mundial de Saúde (OMS), órgão das Nações Unidas, em 1990, como sendo: “um completo estado de bem-estar físico, mental e social.” A declaração, que traz agora uma afirmativa e não mais uma negação de uma condição, trata-se de um avanço na perspectiva do conceito inicialmente proposto. Mas ao mesmo tempo, nesses mais de 30 anos, várias críticas ao conceito e à conseqüente operacionalidade dele foram feitas. Talvez a maior seja trecho “completo estado de bem-estar”, bem como a fragmentação do ser humano ao ainda precisar discriminar bem-estar físico, mental e social.

O fato é que essa noção vem promovendo distintas políticas públicas e práticas ao longo dos anos nos diversos lugares do mundo, como as ações de tratamento, prevenção e promoção de saúde que passaram a incorporar as críticas, mas ainda centrando mais nas ações dos indivíduos, ainda que haja um certo aumento de práticas comunitárias.

Atribuímos essa noção universal de saúde a uma epistemologia construída com a modernidade europeia desde a colonização das Américas. Ao discutir a colonialidade do poder, Quijano (2005) fala como o europeu hierarquizou os seres humanos a partir da ideia de raça, definindo-nos por identidades e se colocando como o branco “superior”. Esse processo que se perpetua

até hoje, não como colonização mas colonialidade do poder, é também aquele que perdura o racismo.

Outros autores, como Lander (2000), vão discutir a colonialidade do saber pensando a partir da ideia de colonização das Américas e toda a sua construção ideológica e material da vida cotidiana, do saber e do ser. A episteme construída a partir da Europa moderna e universalizada com a colonização implementou a colonialidade do saber, com a construção de uma pseudo-ciência moderna que justificaria o racismo cientificamente e construiria identidades hierarquizadas.

Nesse sentido, entendemos que, desde o nascimento do capitalismo e em suas distintas fases (mercantil, industrial e financeiro), ele se constitui como um modo civilizatório que se consolidou a partir das relações sociais hierarquizadas, com o branco se colocando como superior às demais raças, em um processo histórico que modelou uma naturalização hierárquica dos seres humanos na vida cotidiana pela ideologia, de modo a justificar a dominação dos povos (COMPARATO, 2011). E considerando o avanço do capitalismo, que se configurou a partir do fim da Guerra Fria como um modelo civilizatório único e o neoliberalismo como seu modelo econômico, concordamos com a análise de Oliveira (2014, 2015) sobre a ação direta do capital na construção das relações sociais.

Dito isso, para discutirmos o conceito de saúde levamos em consideração o discurso presente na concepção de sujeito, que clama para o indivíduo uma maior participação na atuação em sua própria saúde, responsabilizar o Estado e os profissionais

de saúde como partícipes nesse processo de “estado de bem-estar físico, mental e social”. Tal concepção liberal torna o sujeito responsável por sua saúde sem levar em consideração o contexto histórico no qual ele vem se configurando como humano. Ou seja, é preciso considerar todas essas nuances da construção identitária latinoamericana acumuladas historicamente para concebermos identidade e saúde, o que implica compreender para além das dimensões biológicas.

A concepção de saúde que mais vai ao encontro desse processo é aquela que vem sendo discutida por Souza e Sawaia, em que é entendida como potência de ação (SOUZA; SAWAIA, 2016). Nesse sentido, as autoras (SOUZA; SAWAIA, 2016) recuperam de Espinosa o conceito de potência de agir, o complementa com o conceito de sofrimento ético-político de Sawaia (2014) e os resultados da pesquisa ação participante (PAP) realizada em assentamento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) (Souza, 2012).

Nesse sentido, saúde passa a ser entendida para além dos aspectos biológicos e é inserida no campo da “virtude pública”, em que “a dimensão ético-política da saúde, que considera essas determinações sociais, mas vai além, coloca o processo de saúde/doença na ordem da dialética entre autonomia e heteronomia” (SOUZA; SAWAIA, 2016, p. 308)

Considerando os sujeitos jovens que vivenciam seu processo formativo, caberia (do ponto de vista ideal) à escola como espaço de ação e promotora da potência de ação. Porém, o que ocorre é justamente uma inviabilização da potência de ação no

cotidiano escolar. Nesse sentido, defendemos que o movimento secundarista pode cumprir o papel de viabilizar saúde por meio da potência de agir e de produzir cultura coletivamente. Seriam as formas de resistência coletiva contra o sistema opressor, inserindo os sujeitos estudantes no campo da saúde como ato ético-político.

Metodologia

Esta pesquisa é um recorte de nossa tese de doutorado intitulada *Movimentos sociais, educação e comunicação: uma análise comparativa dos movimentos secundaristas no Chile e no Brasil*, defendida em novembro de 2022.

Neste artigo, nos dispusemos a realizar uma pesquisa qualitativa, na base de dados Scielo, em português e espanhol, utilizando como categoria analítica o movimento secundarista. Consideramos o movimento secundarista como categoria analítica a partir da relação estabelecida com o sentido atribuído à resistência na literatura, e este com uma discussão sobre o conceito de saúde.

Para abordar a resistência, passamos brevemente à discussão do papel da educação e da escola em ambos os países para, em seguida, analisarmos como a literatura considera a resistência dos estudantes nos movimentos secundaristas de Santiago, Chile e São Paulo, Brasil.

A resistência na literatura sobre os movimentos secundaristas

O período de colonização da América Latina foi marcado por uma educação que

cumpriu, por um lado, uma ação “domesticadora” da população indígena, e por outra formar os primeiros artesãos. Em muitos países, incluindo Chile e Brasil, quem tinha acesso à educação formal eram os filhos das elites locais que se formavam nas metrópoles. A extensão do acesso à educação formal e laica levou muitos séculos para ser viabilizada.

No Chile, após a independência da Espanha, a educação escolar se popularizou no século XVIII, de modo a formar o futuro povo chileno. Mas se construiu excludente, desconsiderando a formação da população mestiça e negra. Com o Golpe Militar de 1973 se aprofundaram as desigualdades, passando a escolarização pública a ser paga e, em boa parte, privada.

O modelo de escolarização brasileiro inicial também foi excludente e racista, uma vez que não era permitido o acesso universal a todas e todos e deixava de fora a população negra, inclusive com a construção de uma legislação que impedia o ingresso destes na escola pública. Quando ela deixa de vigorar e com o fim da ditadura, inicia-se um processo de acessibilidade da população brasileira à escola pública e gratuita. O que ocorre na universalização do direito à educação é um ingresso na escola com políticas públicas neoliberais, que não levaram em conta as mudanças estruturais, como a ampliação e aquisição de equipamentos e de profissionais, entre tantos outros fatores. Com isso, paulatinamente a qualidade da educação foi caindo e paralelamente vai havendo um aumento da oferta de educação privada, claramente excludente, para quem pudesse pagar, como a classe média e a elite nacional.

Quando discutimos a resistência como aparece na literatura sobre os movimentos secundaristas, tratamos de outro aspecto que cabe à escola, ainda que negada à maior parte da população, que é a participação na produção cultural, e não apenas consumidora, pois cada vez mais se encontra sucateada.

A resistência discutida pela literatura se encontra centrada nas ações coletivas empreendidas como produção cultural, expressadas sob “subjetividades públicas”, e não pela via da “socialização política” que nega a própria participação política aos jovens, dada à construção identitária deles (CASTRO; GRISOLIA, 2016). Assim, os repertórios artísticos-culturais no Chile, como:

Las manifestaciones con bailes, música, tambores y actuaciones de teatro, uso de tecnologías, quizá identifiquen mejor que otros indicadores las variaciones y novedades que comportan las acciones políticas juveniles de este nuevo milenio. Las formas de acción a través del carnaval, que contribuye a la ritualización de la manifestación política, no son una cuestión superficial. La performance juvenil supone, o más bien, está íntimamente ligada a los contenidos fundamentales del movimiento: discurso propositivo, esperanzador y lúdico (AGUILERA RUIZ, 2016, p. 134).

Tais formas de discursar se referem ao caráter das políticas de visibilidade e de identidade, como a construção de subjetividades públicas (AGUILERA RUIZ, 2016; BRO KHOMASI, 2011; CASTRO; GRISOLIA, 2016) dada às novas formas de participação política (GOHN, 2018).

Aqui, a escola deixa de ser um espaço de educação bancária e de mero depósito de informações (FREIRE, 1976; 1980) para assumir um papel de produção de sentidos e de criação cultural coletiva (FREIRE, 1976; MARTÍN-BARÓ, 1986), bem como de potencializador das qualidades e das virtudes, nos dizeres de Martín-Baró (1986).

Outro significado complementar atribuído às resistências em São Paulo se encontra na concepção de que as ocupações tiveram papel importante em “transformar a realidade do sistema educacional e ampliar as condições de exercício do autogoverno coletivo ainda no interior da sociedade de classes” (BRITO, 2017, p. 306).

As ocupações como outra categoria de análise tocam no lugar discursivo que os jovens se colocaram, como no sentido de a quem pertence o território do ponto de vista simbólico, quer sejam as escolas e sua complementaridade ou as redes sociais. As ocupações foram o caminho construído para a resistência, inclusive um dos lemas do movimento: ocupar e resistir em São Paulo, mas que também foram o tom do movimento secundarista de Santiago (BRITO, 2017; CÁRDENAS NEIRA, 2016; CORTI; CORROCHANO; SILVA, 2016; CUADRA, 2008; FAURÉ, 2018; GARRETÓN, 2011; GIROTTO, 2016).

Considerações finais

Entendemos que os sujeitos, ao enfrentar as condições de opressão e de violência física e simbólica do Estado,

quer seja pela recusa das condições de educação escolar como se apresentava, quer seja de determinados pais, profissionais de educação e da mídia, estavam apresentando novas formas de se relacionar, participar e conceber educação.

Projetar saúde dentro desse contexto significa resistir, construindo novas subjetividades públicas e transformando os sentidos de ser jovem para os próprios, e propondo enfrentamentos às concepções hegemônicas dessa fase e aos seus múltiplos significados, quer seja pelos aliados políticos (membros da família, profissionais da educação, mídias alternativas) ou pelos adversários e inimigos políticos. Por outro lado, significa também lidar com a luta pelo não adoecimento, pois a violência do Estado, a resistência de alguns pares e de alguns dos profissionais de educação, o descrédito da mídia hegemônica e de grupos interesses trouxe à tona um estresse cotidiano fortíssimo aos jovens, com notícias de adoecimentos após as ocupações, os quais destacamos mas não trataremos nesse momento.

Promoção de saúde só foi possível na medida em que houve ruptura no espaço escolar do exercício da hegemonia e da reprodução do poder, porém esse exercício sob esse conceito é fragmentado, porque não incorpora nem a luta contra-hegemônica nem o papel que o Estado representa do ponto de vista dos exercícios das violências simbólica e física. Ou seja, como o Estado pode viabilizar uma promoção de saúde se ele viola com as condições dela? Saúde para quem? Saúde de quem?

Nesse sentido, a descolonização do espaço escolar implica em ultrapassar a

colonialidade nos âmbitos do ser, do saber e do poder, em um longo processo em luta, assim como a própria concepção de saúde. ■

[MARIA EUGÊNIA AUGUSTO GREGÓRIO]

Psicóloga, doutora em Ciências pelo programa de pós-graduação em Integração da América Latina da Universidade de São Paulo (USP) e professora do curso de Psicologia da Universidade Nove de Julho em São Paulo (Uninove).
E-mail: eugenia.gregorio@usp.br

Referências

AGUILERA RUIZ, Oscar. **Movidas, movilizaciones y movimientos**: cultura política y políticas de las culturas juveniles en Chile de hoy. Santiago: RIL Editores, 2016.

BREUER, Josef; FREUD, Sigmund. Estudos sobre a histeria. In: FREUD, Sigmund. **Freud, Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. Vol. 2, 2 ed. Rio de Janeiro: Imago, 1895/1987.

BRITO, Luciana. Escolas de luta: a disputa entre projetos educacionais nas escolas ocupadas em São Paulo. **Movimento-revista de educação**, Niterói, ano 4, n. 6, p. 306-328, 2017.

BRO KHOMASI, Naim. Condiciones culturales en la constitución de identidades políticas en el Chile actual: algunas reflexiones a partir del caso del movimiento estudiantil secundario de 2006. **Polis**, Santiago, v. 10, n. 28, p. 51-68, 2011.

CÁRDENAS NEIRA, Camila. El movimiento estudiantil chileno (2006-2016) y el uso de la web social: nuevos repertorios de acción e interacción comunicativa [online]. **Ultima década**, v. 24, n. 45, p. 93-116, 2016. Disponível em: <https://l1nq.com/UvZte>. Acesso em: 5 jan. 2024.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança**: movimentos sociais na era da internet. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CASTRO, Lucia Rabello de; GRISOLIA, Felipe Salvador. Subjetivação pública ou socialização política? Sobre as articulações entre o “político” e a infância. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 37, n. 137, p. 971-988, 2016.

COMPARATO, Fábio Konder. Capitalismo: civilização e poder. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 25, n. 72, p. 251-276, 2011.

CORTI, Ana Paula de Oliveira; CORROCHANO, Maria Clara; SILVA, José Alves da. “Ocupar e resistir”: a insurreição dos estudantes paulistas. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 37, n. 137, p. 1159-1176, 2016.

CUADRA, Fernando de la. Conflito social e movimento estudantil no Chile. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 42, p. 173-194, 2008.

FAURÉ, Daniel. El 2011 estudiantil chileno como desafío analítico para las ciencias sociales: hacia la construcción de una nueva matriz para leer los movimientos (2001-2011 y más allá) [online]. **Última Década**, v. 26, n. 48, p. 35-71, 2018. Disponível em: <https://acesse.dev/NjuXF>. Acesso em: 5 jan. 2024.

FRANCO, Maria Laura Puglisi Barbosa. **Análise de Conteúdo**. 2 ed. Brasília, DF: Liber Livro, 2005.

FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade e outros escritos**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

FREIRE, Paulo. **Conscientização: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire**. 3 ed. São Paulo: Moraes, 1980.

FREIRE, Paulo. **A pedagogia do oprimido**. 17 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 29 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

FREUD, Sigmund. Histeria. In: FREUD, Sigmund. **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. Vol. 1, 2 ed. Rio de Janeiro: Imago, 1888/1987. p. 63-83.

GARRETÓN, Manuel Antonio, et al. Movimiento social, nuevas formas de hacer política y enclaves autoritarios: los debates del Consejo Asesor para la Educación en el gobierno de Michelle Bachelet en Chile. **Polis**, Santiago, v. 10, n. 30, p. 117-140, 2011.

GIROTTO, Eduardo Donizeti. A dimensão espacial da escola pública: leituras sobre a reorganização da rede estadual de São Paulo. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 37, n. 137, p. 1121-1141, 2016.

GOHN, M. G. Jovens na política na atualidade – uma nova cultura de participação. **CadernoCRH**, Salvador, v. 31, n. 82, p. 117-133, 2018.

LANDER, Edgardo. Ciencias sociales: saberes coloniales y eurocéntrico. In: **La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 4-23.

MACHADO, Leandro. Inspirado no Chile, manual orientou ocupação de escolas por alunos em SP. 2015. **Folha de S.Paulo**, 25 nov. 2015. Disponível em: <https://11nk.dev/IZtjs>. Acesso em: 19 jul. 2021.

MARTÍN-BARÓ, Ignacio. Hacia una psicología de lá liberación. **Revista Eletrônica de Intervención Psicosocial y Psicología Comunitária**, v. 1, n. 2, p 7-14, 2006. Disponível em: <https://acesse.dev/23mnd>. Acesso em: 5 jan. 2024.

MARTÍN-BARÓ, Ignacio. El latino indolente. In: MARTÍN-BARÓ, Ignacio; BLANCO, Amalio (ed.). **Psicología de la Liberación**. Madrid: Editorial Trota, 1998.

O MAL EDUCADO. **Como ocupar um colégio?** [cartilha online], 2015. Disponível em: <https://encr.pw/oXOEC>. Acesso em: 19 jul. 2021.

OLIVEIRA, Dennis de. Movimentos sociais e uma nova cultura política em tempos de ação direta do capital. **ARACÊ - Direitos Humanos em Revista**, v. 1, Ano 1, n. 1, 2014.

OLIVEIRA, Dennis de. Ação direta do capital: o poder do capitalismo contemporâneo. **Revista Psicologia Política**, São Paulo, v. 15, n. 33, p. 405-421, 2015.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 122-151.

SOUZA, Ana Silva Ariza de; SAWAIA, Bader Burihan. A Saúde como potência de ação: uma análise do coletivo e de comuna do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). **Revista Psicologia Política**, [S. l.], v. 16, n. 37, p. 305-320, 2016. Disponível em: <https://acesse.dev/uap4M>. Acesso em: 31 ago. 2021.

ZIBAS, Dagmar Maria Leopoldi. “A revolta dos pingüins” e o novo pacto educacional chileno. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 38, p. 199-220, 2008.